



ONGD

PLATAFORMA . PORTUGUESA

AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

JAN/FEV 2016

NÚMERO 9

ÍNDICE

O CONTEÚDO EDITORIAL DA REVISTA
É DA TOTAL RESPONSABILIDADE DA
PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD.

COLABORAÇÕES NESTA EDIÇÃO

CÉSAR NETO, ELLA MASLE-FARQUHAR,
GTED, INGO RITZ, ISABEL LEVY, MÁRIO
PARRA DA SILVA, NAIARA COSTA, NORA
FORSBACKA, RICARDO GARCIA, TERESA
RIBEIRO

COORDENAÇÃO EDITORIAL LILIANA
AZEVEDO

TRADUÇÃO LUCIANA ALMEIDA

REVISÃO PAULA AÇO, CÉSAR NETO E
LILIANA AZEVEDO

DESIGN GRÁFICO ANA GRAVE

ISSN 2182-8199

CONTACTOS PLATAFORMA PORTUGUESA
DAS ONGD / RUA APRÍGIO MAFRA, Nº17,
3º DTO / 1700-051 LISBOA / PORTUGAL /
TLF +351 218872239 / FAX +351 218872241 /
SKYPE PLATAFORMAPORTUGUESADASONGD
/ INFO@PLATAFORMAONGD.PT /
WWW.PLATAFORMAONGD.PT

PEDRO CRUZ DIRECTOR EXECUTIVO /
PEDRO.CRUZ@PLATAFORMAONGD.PT

CÉSAR NETO RESPONSÁVEL DE
COMUNICAÇÃO /
CESAR.NETO@PLATAFORMAONGD.PT

PAULA AÇO RESPONSÁVEL FINANCEIRA
E ADMINISTRATIVA /
PAULA.ACO@PLATAFORMAONGD.PT

LUCIANA ALMEIDA ASSISTENTE DE
PROJECTO /
LUCIANA.ALMEIDA@PLATAFORMAONGD.PT

ESTA EDIÇÃO FOI ESCRITA AO ABRIGO DO ANTIGO
ACORDO ORTOGRÁFICO.

[FOTOGRAFIA DA CAPA]
ANA GRAVE. 2015

3 EDITORIAL

4 DOSSIER ‘AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL’

16 EM REDE

20 BOAS PRÁTICAS

22 INICIATIVA

23 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

24 PUBLICAÇÕES

25 AGENDA

A Agenda 2030 constitui o novo quadro do Desenvolvimento e da Cooperação Internacional. Um quadro que apela à responsabilidade partilhada de todos os actores, públicos e privados, de todos os Estados-membro da ONU para conseguirmos alcançar os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as respectivas 169 metas adoptadas em Setembro de 2015.

Profundas diferenças separam a nova Agenda para o Desenvolvimento Sustentável da anterior, que tinha como referenciais os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), em particular o seu carácter universal, a dimensão local desta universalidade e a ancoragem nos direitos humanos que se traduz nomeadamente na afirmação de que não queremos “deixar ninguém para trás”, mote constante na construção desta nova agenda, e na vontade expressa de reduzir as desigualdades dentro e entre os países. Não está contudo claro como iremos passar desta retórica à prática...

O processo de construção desta nova agenda durou cerca de três anos e procurou ser o mais alargado possível, tendo envolvido não só os Estados e peritos internacionais, mas também representantes da sociedade civil, do sector privado e da comunidade científica. Para acomodar diferentes interesses e preocupações, a agenda resultou bastante ampla: para além dos temas sociais como a erradicação da pobreza e a igualdade de género, os ODS incluem temas como os padrões sustentáveis de produção e de consumo, o crescimento económico inclusivo, a justiça social e segurança.

É incontestavelmente uma agenda ambiciosa, mas apesar disso o texto final resultou em muitos aspectos mais fraco do que fora inicialmente proposto. É também de lamentar que este não seja um documento vinculativo, deixando assim aberta a possibilidade de prevalecerem outros interesses que o ponham em causa.

O lema da Agenda 2030 é “transformar o mundo”, mas para o conseguirmos teremos primeiro de responder a grandes desafios, como a alocação de recursos à sua implementação e a adopção de sistemas de avaliação

e de mútua responsabilização. Vai também exigir uma maior capacidade de diálogo entre actores e uma maior coordenação e coerência das políticas públicas, geralmente implementadas de forma isolada.

O dossier desta edição abre com um texto de contextualização sobre a nova agenda, da autoria de César Neto, da Plataforma Portuguesa das ONGD, no qual resume os principais momentos do processo. Ingo Ritz, do Global Call to Action Against Poverty (G-CAP), descreve o papel deste movimento global da sociedade civil com forte liderança do Sul na monitoria das agendas globais, a anterior e a actual. Mário Parra da Silva, representante da UN Global Compact Network Portugal, dá-nos o ponto de vista do sector empresarial sobre o Desenvolvimento Sustentável e conclui que “todos teremos que assumir essa responsabilidade”. O jornalista Ricardo Garcia desafia-nos a tornar o Desenvolvimento Sustentável um tema mais apelativo para os media e para o grande público. Este dossier integra ainda uma entrevista à Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Teresa Ribeiro, na qual foca as prioridades do actual governo em matéria de Cooperação e Desenvolvimento.

Na rubrica Em Rede, destacamos as lições da campanha global “Beyond 2015”, o lançamento da iniciativa “Juntos 2030” e a experiência da plataforma finlandesa de ONGD Kehys na preparação da implementação da Agenda 2030 a nível nacional. Na rubrica Boas Práticas, damos a conhecer as escolas de verificação ambiental da Guiné-Bissau que podem servir de inspiração para quem for trabalhar os ODS relacionados com a protecção dos ecossistemas terrestres e da vida marinha. Ainda nesta edição, destacamos o envolvimento da Plataforma na dinamização, a nível nacional, da nova agenda global. Por último, destacamos o papel da Educação para Cidadania Global na implementação da Agenda 2030, num artigo do Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento da Plataforma.

DIRECÇÃO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD



UMA NOVA AGENDA PARA TRANSFORMAR O MUNDO?

CÉSAR NETO

PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

O ano de 2015 ficou marcado pela aprovação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Cimeira da ONU, em Nova Iorque. A Agenda **“Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”** foi aprovada pelos 193 Estados-membro da Organização das Nações Unidas no dia 25 de Setembro de 2015.

A resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) é constituída por 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, desdobrados em 169 metas e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2016. Esta Agenda servirá de enquadramento para o trabalho dos actores de Desenvolvimento, nomeadamente das ONGD, e deverá ter um impacto considerável na formulação das políticas nacionais e internacionais.

A Agenda foi fruto do trabalho conjunto entre governos, sociedade civil, cidadãos e cidadãos de todo o mundo ao longo de mais de dois anos, tendo também por isso um contexto estratégico diferente e mais abrangente do que foram os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). É por essa razão que a Plataforma Portuguesa das ONGD realça a importância da adopção de um novo enquadramento estratégico que vise um Desenvolvimento verdadeiramente global e universal, incluindo medidas a aplicar em todos os países (Desenvolvidos e em Desenvolvimento) centrado nos

Direitos Humanos e que pretende, até 2030, uma erradicação total da pobreza, a promoção da prosperidade, a redução das desigualdades, a protecção do ambiente, o combate às alterações climáticas e a mitigação das suas consequências.

Os ODS procuram dar um novo impulso a uma parceria verdadeiramente global de luta contra a pobreza e todas as formas de exclusão, visam resolver as necessidades das pessoas, enfatizando que ninguém deve ser deixado para trás. Segundo o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, “os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável são a nossa visão comum para a Humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos”¹.

Esta nova agenda de desenvolvimento baseia-se nos progressos e lições aprendidas com os ODM. Enquanto houve notáveis progressos na redução da pobreza extrema, a verdade é que na redução da mortalidade

‘OS 17 OBJECTIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SÃO A NOSSA VISÃO COMUM PARA
A HUMANIDADE E UM CONTRATO
SOCIAL ENTRE OS LÍDERES
MUNDIAIS E OS POVOS’

BAN KI-MOON, SECRETÁRIO-GERAL DA ONU

infantil, no acesso à água potável, no combate a doenças como a malária e a tuberculose, muito ficou por fazer. Importa ainda referir que é preciso analisar os progressos numa perspectiva global mas também local, pois a redução de desigualdades dentro de um país (de grande dimensão) num determinado indicador deu em certos casos uma ideia errónea dos progressos alcançados a nível global. Em suma, continua muito por fazer: 800 milhões de pessoas vivem em pobreza extrema, milhões de mulheres sofrem ainda de discriminação, há quatro vezes mais refugiados do que há apenas cinco anos, ... e podíamos apresentar aqui muitos mais dados².

Neste sentido, os ODS pretendem ser mais ambiciosos e acabar com todos estes problemas sociais. Os objectivos e as metas definidas demonstram a escala e a ambição desta nova agenda universal que, ao contrário dos ODM, é agora focada em todos os países e não apenas nos países em desenvolvimento. É uma agenda universal que visa influenciar positivamente a vida de todos e todas.

Apesar de ser uma agenda ambiciosa, esta centra-se nos Direitos Humanos a que cada um de nós deve ter acesso sem qualquer limitação.

Como referiu o Presidente da Plataforma Portuguesa das ONGD, Pedro Krupenski, ao **jornal Público do dia 25 de Setembro de 2015**: “É ambicioso, quase beirando a utopia, mas realizável. Nunca a agenda do combate à pobreza esteve tão ligada às boas práticas de desenvolvimento sustentável. Esta é a grande novidade”.

A NOVA AGENDA EXIGE UMA
APOSTA EM NOVAS PARCERIAS E
NA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL,
REAFIRMANDO QUE TEMOS TODOS
UM PAPEL A DESEMPENHAR.

Contudo, encontramos também algumas vozes que não estão muito convencidas com a nova agenda, como o Director da **Global Justice Now**, Nick Dearden, que referiu que: “Obviamente que todos queremos acabar com a pobreza – mas não continuar a fazer ‘business as usual’ ou simplesmente desejar que a pobreza vá embora. Algumas pessoas são muito pobres

porque outras são muito ricas. Neste sentido, desafiar a pobreza quer dizer também desafiar a saúde, desafiar o poder. E os ODS não contribuem neste sentido”.

Importa então que exista um real envolvimento de todos/as, cidadãos/ãs, organizações da sociedade civil, academia, sector privado e decisores políticos para que esta nova agenda seja uma realidade, tendo estes últimos uma responsabilidade acrescida na definição das políticas de Desenvolvimento, na sua operacionalização e na alocação de meios e recursos para a sua implementação.

O facto desta nova agenda promover o equilíbrio entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável (a dimensão económica, a social e ambiental) como condição para o desenvolvimento humano, remete para uma responsabilidade partilhada de todos. Foi agora tomada a consciência pelos 193 países do mundo que o problema de um é de todos e, como tal, somos todos parte da solução. Passemos rapidamente das palavras aos actos e contribuamos à nossa escala para um mundo com menos desigualdades.

A universalidade da Agenda 2030 (que tem em conta as especificidades de cada local, país, região) requer um maior empenhamento de todos os actores nacionais na política pública de Cooperação e Desenvolvimento. Ou seja, a nova agenda exige uma aposta em novas parcerias e na solidariedade internacional, reafirmando que temos todos um papel a desempenhar. É fulcral que todos trabalhemos em conjunto para que estes Objectivos não sejam apenas uma carta de intenções.

Contudo, para que esta Agenda seja uma realidade, implica a mobilização dos recursos necessários à sua implementação, pelo que é importante ter em conta a **Agenda para a Acção de Adis Abeba** onde se discutiram os meios de implementação e financiamento dos ODS³. Importa também alinhar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável com outras agendas, como o **Acordo de Paris**, entre outros.

Contudo, apesar da importância desta nova Agenda, aos ODS falta ainda um carácter vinculativo maior, sendo de momento apenas uma mera declaração política, em que os Estados se comprometeram na sua concretização, mas em que não existem quaisquer mecanismos de responsabilização real pelo seu eventual incumprimento. Para tal, bastaria ancorar os ODS nos padrões e referenciais dos Direitos Humanos (conferin-



do-lhes também assim mais universalidade e indivisibilidade). Os ODS poderiam constar de um Tratado, ao qual poderiam ser adicionados protocolos opcionais que permitissem àqueles Estados, que voluntariamente quisessem assiná-los, vincular-se mais seriamente ao compromisso. Precisamos de mudança e de uma mudança firme que não se consegue apenas com declarações, ainda que bem-intencionadas.

FORÚM POLÍTICO DE ALTO NÍVEL, 11-20 JULHO DE 2016, NOVA IORQUE

O Fórum Político de Alto Nível (Hight Level Political Forum, ou HLPF, na sigla em inglês) é a plataforma central das Nações Unidas para o acompanhamento e revisão da Agenda 2030. O HLPF 2016 será o primeiro Fórum de Alto Nível após a adopção da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável Desenvolvimento.

O Fórum procurará fornecer liderança política, orientação e recomendações sobre a implementação e acompanhamento da Agenda; estimular políticas coerentes com base em evidências, na ciência e com base em experiências nacionais; assim como discutir questões novas e assuntos emergentes. Irá também apresentar avaliações nacionais e revisões temáticas da implementação da Agenda, com contributos de outros organismos intergovernamentais, entidades relevantes da ONU, e outras partes interessadas.

“O Fórum irá analisar o progresso, gerar um impulso político, e lançar parcerias e acções para avançar com objectivos comuns.” (Ban Ki-moon, Secretário Geral das Nações Unidas).

¹ FONTE: UNRIC
² THE MILLENNIUM DEVELOPMENT GOALS REPORT 2015
³ CONSULTE A EDIÇÃO DA REVISTA SOBRE FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

MOBILIZAR CONTRA AS DESIGUALDADES

TORNANDO O *SLOGAN* ‘NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS’ UMA REALIDADE

INGO RITZ, DIRECTOR DE PROGRAMAS DO GLOBAL CALL TO ACTION AGAINST POVERTY (GCAP)

A Agenda 2030, e mais proeminentemente os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), vão muito além dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e oferecem a esperança de um futuro onde as pessoas vivem em harmonia num planeta seguro e sustentável. Ao contrário dos ODM, os ODS incluem metas sobre desigualdades, paz, trabalho digno, justiça e transparência, enquanto simultaneamente prometem acabar com a violência contra as mulheres e crianças, o tráfico de seres humanos e as alterações climáticas.

Embora o *Global Call to Action Against Poverty* (GCAP, na sigla em inglês - Apelo Global de Acção contra a Pobreza) congratula pela adopção dos ODS, estamos incomodados pela fraqueza da discussão sobre as causas estruturais e profundas das desigualdades e da pobreza. Para além disso, não existe uma avaliação crítica do papel do sector privado, que é retratado como parte da solução, apesar das empresas serem um dos grandes responsáveis pelo agravamento dessas mesmas desigualdades, incluindo a desigualdade de género, a pobreza e as alterações climáticas.

Na Assembleia Geral nos dias 27 e 28 de Setembro de 2015, em Nova Iorque, foi decidido construir um novo GCAP. Iremos mobilizar-nos contra as desigualdades através de um processo “*bottom-up*” (de baixo para cima). A Agenda 2030 e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável representam um quadro importante para o trabalho futuro, mas o foco será sobre as desigualdades. Precisamos de responsabilizar os governos, instituições internacionais e o sector privado para garantir que “não deixar ninguém para trás” não seja apenas um *slogan*, mas

que de facto se torne realidade. Alcançar a igualdade de género e a inclusão de pessoas socialmente excluídas são centrais nesta missão. A advocacia e a mobilização continuarão a ser elementos-chave da nossa estratégia. Estamos também empenhados numa campanha de “*bottom-up*”, baseada no trabalho de activistas locais, líderes comunitários e da sociedade civil. A **Declaração de Nova Iorque** destaca o novo posicionamento político do GCAP.

PARA ATINGIR OS ODS, POLÍTICAS QUE PROMOVAM A IGUALDADE COMO A JUSTIÇA FISCAL, O TRABALHO DIGNO, MEDIDAS DISTRIBUTIVAS, A PROTECÇÃO SOCIAL E A IGUALDADE DE GÉNERO SÃO CRUCIAIS.

Os ODS representam apenas um enquadramento para o envolvimento. O GCAP continuará a desafiar os aspectos estruturais e as causas das desigualdades e da pobreza. Iremos pedir contas a todos os intervenientes - incluindo governos, sector privado e instituições internacionais, como a ONU. Para atingir os ODS, políticas que promovam a igualdade como a justiça fiscal, o trabalho digno, medidas distributivas, a protecção social e a igualdade de género são cruciais.

O “novo GCAP” assenta numa história rica. Nos últimos dez anos, o GCAP tem-se tornado num movimento global marcado por uma forte liderança do Sul Global, que fornece uma perspectiva, sobre as causas estruturais da pobreza e das desigualdades, baseada numa abordagem aos Direitos. Somos uma ampla coligação, composta por milhares de pequenas e médias organizações da sociedade civil, organizada em coligações nacionais e grupos constituintes - com uma capacidade comprovada de mobilizar milhões de pessoas em questões essenciais da vida. As coligações nacionais do GCAP sediadas em 85 países em todo o mundo, em conjunto com o Grupo de Trabalho Feminista e Grupo de Trabalho de Exclusão Social têm mobilizado centenas de milhões de mulheres, homens, crianças e jovens, incluindo grupos socialmente excluídos, para pressionar os governos a cumprir as suas promessas. Os membros do GCAP têm monitorizado os sucessos e os fracassos dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, bem como os compromissos nacionais e regionais do Desenvolvi-

mento e das acções de instituições e agrupamentos internacionais, como o G20 e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês). Desde 2010, os membros do GCAP têm também trabalhado para influenciar a Agenda do Desenvolvimento pós-2015.

Desde o início do Apelo à Acção do GCAP, lançado há dez anos atrás, que temos vindo a influenciar as políticas nacionais e regionais e contribuído para moldar o discurso global sobre a pobreza e as desigualdades, advogando com sucesso para a criação de um ODS independente, nomeadamente o ODS #10: “Reduzir a desigualdade dentro e entre países.”

Olhando para o futuro, as nossas cinco áreas de actuação podem ser resumidas da seguinte maneira:

1 / Pesquisa e Análise: relatórios e publicações sobre as desigualdades, os rostos e as histórias das desigualdades;

2 / Sensibilização e capacitação sobre desigualdades e ODS a nível local, regional e nacional;

3 / Mobilização e Comunicação num processo “*bottom-up*”, *online* e no terreno;

4 / Advocacia e monitorização através do desenvolvimento de metodologias de monitorização, do uso de documentação específica sobre os ODS para a redução das desigualdades, da responsabilização do sector privado e de trabalho concreto de advocacia sobre diferentes temas;

5 / Coordenação regional e global da Sociedade Civil sobre ODS e desigualdades, de forma a construir e elaborar um relatório de progresso mais abrangente e um trabalho de advocacia mais eficiente na ONU e ao nível internacional. Juntamente com outras campanhas e redes globais, estamos a formar uma nova aliança da sociedade civil global para a implementação dos ODS.

Vamos combater as desigualdades com foco nas desigualdades de género e nas pessoas socialmente excluídas, incluindo mulheres, comunidades indígenas, (...) pessoas que vivem em áreas de conflito, crianças, idosos, comunidades afectadas pelas alterações climáticas, outros migrantes e pessoas portadoras de deficiência. Vamos garantir que o *slogan* “não deixar ninguém para trás” – originado pela sociedade civil e mais tar-

de adoptado pela ONU – se torna uma realidade. Esta é a base para um forte posicionamento político do GCAP, como Campanha Global, com uma perspectiva e forte liderança do Sul.

Os sistemas jurídicos falham muitas vezes na protecção dos direitos das pessoas aos recursos naturais, o GCAP irá trabalhar com as comunidades locais para garantir que as decisões democráticas, tomadas aos diferentes níveis, são implementadas pelos governos. Os próprios governos aprovaram legislação restritiva e intimidaram activistas, trabalhadores humanitários, jornalistas e alguns meios de comunicação. Activistas do GCAP foram presos injustamente, enquanto mobilizavam membros para maior prestação de contas, justiça de género e acção climática. O GCAP irá insurgir-se por uma participação activa e significativa da sociedade civil e apoiar as organizações da sociedade civil e activistas que são perseguidos por seus governos.

Vamos conectar-nos com milhões de cidadãos e cidadãs globais e garantir que as suas exigências pela Justiça são ouvidas. Reconhecemos que a advocacia e a mobilização são dois lados da mesma estratégia. Desde a sua criação, em 2005, que a mobilização de pessoas em todo o mundo faz parte do ADN do GCAP. As campanhas globais apoiam as campanhas e lutas nacionais e torna-nos o que somos, um forte movimento global da sociedade civil.

Se o novo GCAP for bem-sucedido, transformaremos a vida de pessoas em todo o mundo, particularmente aquelas que estão actualmente marginalizadas, excluídas e vivem na pobreza. O GCAP embarcou numa viagem emocionante sobre como se envolver na nova Agenda para o Desenvolvimento, definida e conduzida por coligações no Sul Global.

ADAPTAÇÃO PARA PORTUGUÊS POR LUCIANA ALMEIDA.



O GRANDE DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE

MÁRIO PARRA DA SILVA

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT NETWORK PORTUGAL

A aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Agenda 2030 e dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável é o culminar de um longo processo iniciado com o relatório Bruntland “O nosso Futuro Comum” (1987).

A Sustentabilidade não é um desafio novo. Depois de décadas de discussão sobre o tema, o termo tem agora uma definição apresentada pela ISO – International Organization for Standardization. O *ISO Guide 82:2014 Guidelines for addressing sustainability in standards*. Sustentabilidade é o objectivo do Desenvolvimento Sustentável, e portanto um objectivo da Humanidade. Mas é também um conceito em constante mutação, no sentido em que deve corresponder às expectativas da sociedade e essas estão em constante mutação. Mudam em função das necessidades, dos acontecimentos, das tendências e dos problemas sentidos. A definição ISO refere que a sustentabilidade é um *estado do sistema global* incluindo os aspectos ambientais, sociais e económicos, em que as necessidades do presente são satisfeitas sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. Uma definição nascida para o Desenvolvimento Sustentável, mas agora orientada para um ecossistema global.

As organizações empresariais têm já uma longa experiência de trabalho no Desenvolvimento Sustentável. Chegou o momento das outras organizações abordarem estas questões, à sua escala e nos contextos em que operam de forma a dar o seu contributo para a Sustentabilidade através da Responsabilidade Social, definida como a operacionalização da Sustentabilidade ao nível das Organizações. Neste domínio é sempre importante referir que estes conceitos foram pela primeira vez fixados de forma clara e abrangente na ISO 26000, publicada em 2010, concebida para se aplicar a *toda o tipo de organizações*.

Estamos agora perante uma nova realidade porque um crescente número de clientes, utentes ou públicos pretende garantias de cumprimento ao nível dos direitos humanos, ética, prevenção e combate à corrupção, respeito pelos direitos de propriedade, informação ao consumidor. E como pessoas queremos paz e segurança, felicidade e bem-estar para todos, ar puro, água limpa, alimentação saudável, respeito pela diferença e pelas preferências individuais, liberdade de pensamento, consciência e de expressão. Temas aos quais as organizações têm que dar resposta, hoje, porque são estas as preocupações e expectativas da sociedade. Chegou o momento de considerar e integrar estas questões nos modelos de governação e gestão. Chegou o momento de assumir a responsabilidade pelos impactos das decisões e actividades da organização. É um movimento global, que é necessário compreender e não ignorar e que tem de se estender a todas as organizações e não apenas às empresas. A Sociedade Civil e as suas organizações têm agora responsabilidades na realização dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável. As políticas públicas não podem continuar a ignorar esta temática e a restringir-se ao “verde”, passando ao lado dos desafios humanitários, educacionais, de saúde, de relações globais e de convívio entre culturas. Não há solução que seja apenas ambiental.

Os ODS são a grande oportunidade para nós, as pessoas, os seres humanos, criarmos uma vida melhor para todos num planeta equilibrado para todos os seres vivos que nele habitam. Todos pensamos que temos esse direito, mas acima de tudo todos temos essa responsabilidade, todos teremos que assumir essa responsabilidade.

A SUSTENTABILIDADE PODE AFINAL NÃO SER UM TEMA ABORRECIDO

RICARDO GARCIA
JORNALISTA¹

Podemos sempre abreviá-lo para ODS. Mas é um fraco consolo. O termo “Objectivos de Desenvolvimento Sustentável”, por mais essencial que seja o seu significado, é péssimo para jornalistas. Imaginem um repórter a tentar convencer o seu editor a dispensar um espaço privilegiado ao tema. “Chefe, preciso de uma página”, dirá o jornalista. “Para quê?”, perguntará o editor. “Para um artigo sobre os objectivos do desenvolvimento sust...”. E antes que se complete a frase, o editor já terá expulso o repórter da sala, mandando-o fazer a ronda de polícia.

Penso sempre nesta imagem anedótica quando vou abordar o assunto no meu dia-a-dia profissional. Uma das regras de ouro para não colocar o público a dormir é evitar os termos “sustentabilidade” ou “desenvolvimento sustentável”. E não é assim tão difícil. O conceito que neles está embutido – a harmonia entre o dinheiro, o planeta e os cidadãos – é de tal forma transversal que pode estar presente em qualquer notícia, sobre qualquer tema, sem que seja preciso realçar que se está a falar da sustentabilidade.

Ter esta noção é da maior importância neste momento, em que nos despedimos dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e damos as boas-vindas aos ODS. Antes eram apenas oito. Agora temos 17, que se multiplicam por 169 metas. O número de indicadores possíveis para avaliar o seu cumprimento já vai em mais de 300.

Parece um universo impossível de gerir na competitiva agenda mediática. Ou talvez não.

Em 2015, a *UN Foundation* e a *Reuters Thomson Foundation* promoveram 34 cursos para jornalistas, sobre os ODS, em 33 países. Eu ministrei esta acção de formação no Brasil, a um grupo de jovens profissionais. Uma das missões era precisamente transformar aquela impenetrável montanha de objectivos e metas em algo palpável e passível de se transformar em notícias.

Um exercício prático, facilmente replicável, foi essencial. Repartido o grupo em pares, pedimos a cada um que olhasse para a lista dos 17 ODS e seleccionasse um que fosse particularmente relevante para o país em causa. E para cada ODS seleccionado, cada par de jornalistas deveria escolher uma das suas metas. E para cada meta, pedimos que imaginassem um artigo ou reportagem a realizar. Os participantes ficaram surpresos ao constatar que o tema dos ODS poderia ser tratado através de peças jornalísticas interessantes, apelativas e relevantes, focadas sobre aspectos muito específicos, mais próximos da realidade dos cidadãos ou do país.

A tradução do geral para o particular, do global para o local, da teoria para a prática, sempre foi uma regra de ouro no jornalismo e um instrumento privilegiado para a comunicação da sustentabilidade. E continua a ser essa a via mais eficaz para que os *media* possam contribuir para a nova agenda global do desenvolvimento.

É um exercício com duplo resultado: do lado do público em geral, mas também do próprio profissional da comunicação social, que passa a ter uma melhor noção do que é, na prática, o Desenvolvimento Sustentável.

A sustentabilidade não é algo que se atinge ao carregar num botão ou com uma dúzia de leis. Requer, antes, um posicionamento ético colectivo, mas que começa no próprio indivíduo. E para isso, qualquer cidadão tem de compreender, na prática, o que é que o Desenvolvimento Sustentável significa para o seu viver – quais são as oportunidades, as dificuldades e as consequências de uma existência que não comprometa o equilíbrio entre economia, ambiente e bem-estar.

Este é também o primeiro passo para que qualquer jornalista acompanhe os ODS como um comunicador crítico e vigilante.

¹ [HTTP://RGARCIA.YOLASITE.COM/](http://rgarcia.yolasite.com/)

À CONVERSA COM...

TERESA RIBEIRO

SECRETÁRIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO (SENEC)

ENTREVISTA REALIZADA POR
CÉSAR NETO
RESPONSÁVEL DE COMUNICAÇÃO
NA PLATAFORMA

QUAIS SÃO AS PRIORIDADES DO XXI GOVERNO EM MATÉRIAS DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO?

A política de cooperação para o desenvolvimento é um dos pilares essenciais da política externa portuguesa, tributária de um amplo consenso nacional.

O Governo está apostado numa cooperação portuguesa para o desenvolvimento mais forte e eficaz. Conhecemos bem a situação da nossa cooperação e os desafios que temos diante de nós. Estamos cientes de que os recursos continuarão escassos e de que as reformas necessárias exigirão um reforço da cultura de coordenação institucional e de parceria entre todos os actores, tradicionais e não tradicionais, da cooperação.

As nossas prioridades geográficas estão bem definidas, face aos laços culturais, históricos, económicos e afectivos que mantemos com o conjunto de países de língua oficial portuguesa em África e em Timor-Leste. Estamos também cientes de que a língua e a cultura são estruturantes da nossa cooperação, merecedoras, por isso, de acrescida valorização. No entanto, não deixaremos de procu-

ESTAMOS CIENTES DE QUE OS RECURSOS CONTINUARÃO ESCASSOS E DE QUE AS REFORMAS NECESSÁRIAS EXIGIRÃO UM REFORÇO DA CULTURA DE COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL E DE PARCERIA ENTRE TODOS OS ACTORES, TRADICIONAIS E NÃO TRADICIONAIS, DA COOPERAÇÃO.

rar oportunidades que surjam noutras geografias, capazes de contribuir para a materialização dos grandes objectivos da nossa política externa. O Norte de África, a África Ocidental e a América Latina são exemplos evidentes de diversificação de parceiros de cooperação com grande potencial. Por outro lado, iremos privilegiar a cooperação tripartida nestas geografias, nomeadamente, em parceria com agências de cooperação de outros países.

Se temos presente que a existência de matrizes histórico-culturais, linguísticas e jurídicas semelhantes confere à nossa intervenção uma mais-valia em áreas como a educação e a capacitação institucional, haverá também que ter presentes domínios em que Portugal tem vindo a ganhar crescente desenvoltura, como é o caso do sector energético, apoio à cooperação económico-financeira, crescimento verde ou economia azul.

Procuraremos, igualmente, aumentar

o volume de cada projecto, de molde a evitar dispersões indutoras de indesejadas ineficácias. Iremos também flexibilizar e simplificar procedimentos, estando em curso a análise de várias propostas de alteração legislativa, com o propósito de melhorar as condições de trabalho dos nossos agentes de cooperação. Encorajamos as ONGD a apresentarem candidaturas conjuntas a projectos de maior volume, aliando a experiência das ONGD de maior dimensão à inovação que as ONGD de média e pequena dimensão podem trazer para a cooperação portuguesa.

As nossas prioridades passam também pela diversificação de actores envolvidos na cooperação, considerando essencial o reforço da coordenação, através do Camões – Instituto da Cooperação e Língua (CICL), entre todos, indo, aliás, ao encontro de uma das principais recomendações que o CAD nos fez no recente exame à Cooperação Portuguesa.

Finalmente haverá recurso a novos modelos de financiamento, apostando na diversificação de fontes bilaterais e multilaterais, na cooperação delegada da UE, em parcerias com instituições financeiras



TERESA RIBEIRO, SENEK

internacionais e outras agências de cooperação e envolvendo o sector privado de forma mais estruturada e efectiva.

QUAL O PAPEL QUE PORTUGAL DEVE DESEMPENHAR NA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM PORTUGAL E NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO?

Portugal tem estado envolvido, desde o primeiro momento, na construção da Agenda 2030. Consideramos que a nova Agenda é uma oportunidade única para promover de maneira sustentada as transformações que se iniciaram com a instituição dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Apesar da enorme mobilização mundial a que assistimos, os desafios a que estamos confrontados são igualmente de grande dimensão, apelando a uma coordenação internacional reforçada. Portugal continuará, nos diversos fóruns internacionais, a contribuir para que a nova Agenda integre a dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável.

Também as questões como a igualdade de género, a prevenção e combate à violência doméstica e todas as formas de violência contra as mulheres, raparigas e meninas, ou o acesso universal à Saúde Sexual e Reprodutiva, entre outras, devem ser vistas numa perspectiva de Direitos Humanos indissociável de uma perspectiva do desenvolvimento.

Especial atenção será prestada às questões relacionadas com a paz e segurança, uma vez que a segurança é requisito básico para um desenvolvimento sustentável que crie as bases para a erradicação da pobreza.

É ainda conveniente compatibilizar a nossa acção com aquilo que for deci-

dido no âmbito da ONU, da UE e da OCDE em termos de metas e indicadores. Em todos esses organismos internacionais, Portugal terá uma posição presente e activa na determinação das matrizes de implementação e acompanhamento dos ODS.

COMO CONSIDERA QUE DEVE SER FEITA A ARTICULAÇÃO DA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, DA AGENDA PARA A ACÇÃO DE ADIS ABEBA E DO ACORDO DE PARIS COM O CONCEITO ESTRATÉGICO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA E AS VÁRIAS POLÍTICAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS NACIONAIS?

Como referi anteriormente, os desafios que temos pela frente são enormes e requerem uma grande coordenação a nível nacional e internacional. A arquitectura internacional da cooperação para o desenvolvimento está, cada vez mais, interdependente e complexa – porque essas são as características do mundo actual -, o que obriga a que a cooperação portuguesa tenha que acompanhar essa evolução, dando resposta à premência de desafios mundiais como, por exemplo, o acesso aos bens públicos globais, as alterações climáticas, a sustentabilidade energética ou a segurança alimentar.

Neste sentido, a nossa intervenção, no âmbito do Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa visa, precisamente, contribuir para responder aos novos reptos, em sintonia com as recomendações dos grandes eventos que recentemente tiveram lugar na área da cooperação para o desenvolvimento, em particular no que respeita ao financiamento do desenvolvimento, à implementação dos novos Objectivos de De-

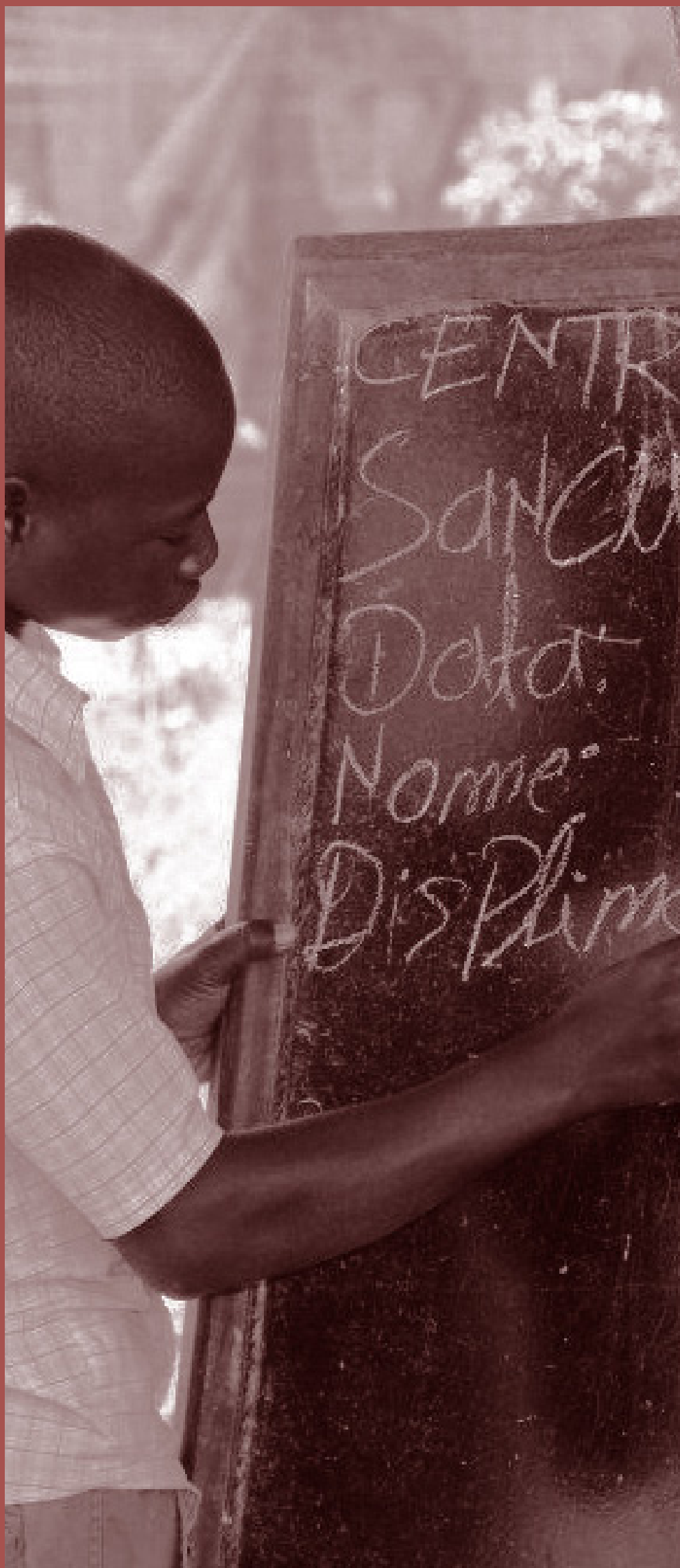
seenvolvimento Sustentável e às decisões da Conferência de Paris sobre o Clima, tendo Portugal tido uma participação muito activa em todos eles.

QUAL CONSIDERA SER O PAPEL E O CONTRIBUTO QUE AS ONGD DEVEM TER NA DEFINIÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E NA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COM INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES ONDE A COOPERAÇÃO PORTUGUESA INTERVÉM?

A unidirecionalidade e unidimensionalidade das políticas e actores de cooperação que caracterizaram a abordagem ao desenvolvimento são hoje obsoletas, face a uma realidade que se complexifica, originando dinâmicas diferenciadas e uma multiplicidade de protagonistas. É neste contexto que das ONGD se espera um desempenho fundamental, associado à sua experiência no terreno e às suas competências técnicas nos mais diversos domínios.

É essencial uma crescente coordenação e complementaridade entre todos os actores nacionais, estatais e não estatais, que actuam na área da cooperação para o desenvolvimento. Uma acção concertada promoverá melhores resultados no terreno beneficiando as populações, cultivando por isso uma imagem robusta da nossa cooperação.

O trabalho conjunto com as ONGD portuguesas tem sido aprofundado através de instrumentos concretos, como o Fórum para a Cooperação, que reunirá brevemente, e as linhas de financiamento do CICL para projectos de desenvolvimento e projectos de educação para o desenvolvimento, criados ao abrigo do protocolo entre o MNE e a Plataforma Portuguesa das ONGD.



ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS, ILHA DE MOÇAMBIQUE. HELPO. 2012.

RECURSOS FUNDAMENTAIS

Beyond 2015 (2015) *Civil society is a game changer for sustainable development*

CAFOD (2015) *Setting the post-2015 development compass: voices from the ground*

CAMÕES, IP (2015) *Documento de posição de Portugal sobre a agenda pós 2015*

CONCORD (2016) *Components for the implementation of the 2030 agenda for sustainable development by the EU and its member states*

European Commission (2015) *European commission welcomes new 2030 United Nations agenda for sustainable development*

Nações Unidas (2015) *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*

Nilo, A. e Fernandes, C. (2015). *Garantir desenvolvimento sustentável: O Desafio das Nações até 2030*

OCDE (2015) *The Sustainable Development Goals: An Overview of Relevant OECD Analysis, Tools and Approaches*

United Nations Development Group (2014) *Delivering the post-2015 development agenda: Opportunities at the National and Local Levels*

United Nations (2014) *The Road to Dignity by 2030: Ending Poverty, Transforming All Lives and Protecting the Planet* Synthesis Report of the Secretary-General On the Post-2015 Agenda

Relatório final da Consulta Pública em Portugal sobre a Implementação Local da Agenda de Desenvolvimento Global pós-2015 (2014)

‘SITES’ DE REFERÊNCIA *Aliança ODS · Global Compact Network Portugal / Beyond 2015 / Deliver2030.org – How can we deliver the SDGs? / Plataforma ODS / Sustainable Development Knowledge Platform / Together 2030 / United Nations - Sustainable Development Goals / United Nations Development Programme / United Nations Global Compact / UNRIC*

BEYOND 2015 – LIÇÕES DE UMA CAMPANHA GLOBAL

NAIARA COSTA E ELLA MASLE-FAROUHAR
DIRECTORA DE ADVOCACY E RESPONSÁVEL
INTERNACIONAL, NA **BEYOND 2015**

O ano de 2015 foi marcante para as Nações Unidas e para o seu pilar de desenvolvimento com a adopção de vários importantes acordos internacionais. Um deles, a **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, adoptada por Chefes de Estado e Governo em Nova Iorque, em Setembro, consolida o compromisso com 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma agenda universal e ambiciosa para os próximos 15 anos.

A Campanha global “Beyond 2015” (ou “Para Além de 2015”) teve um papel crítico no processo de negociação dessa nova Agenda Global, mobilizando mais de 1580 organizações da sociedade civil em 142 países durante seus cinco anos de actuação (2010-2015). A Beyond 2015 encerrará suas actividades em Março de 2016 e deixará muitas lições e experiências, recolhidas na recente **avaliação externa**. Destacamos algumas:

É POSSÍVEL MOBILIZAR VOZES E
ORGANIZAÇÕES COM CAPACIDADES
MUITO DIFERENTES E GERAR IMPACTO
NUM PROCESSO GLOBAL, COMPLEXO
E LIDERADO POR GOVERNOS.

/ É possível mobilizar vozes e organizações com capacidades muito diferentes e gerar impacto num processo global, complexo e liderado por governos.

/ Estabelecer sistemas consultivos, participativos e transparentes é primordial para fortalecer a participação das organizações e a credibilidade das acções de “advocacy”.

/ Movimentos globais precisam de actuar sempre de maneira coordenada com os níveis regionais e nacionais, alinhando mensagens, compartilhando informações, promovendo a partilha de experiências e fortalecendo capacidades.

/ É importante e necessário ampliar o espaço para o envolvimento de organizações da sociedade civil com as Nações Unidas e a Campanha Beyond 2015 desempenhou um papel na inclusão de mais vozes no processo intergovernamental.

/ Manter o espaço para revisão, análise dos resultados e avaliação é um elemento crítico para o sucesso e posicionamento de uma Campanha global.

De entre os desafios, destacam-se:

/ Garantir a participação de vozes representativas dos segmentos mais excluídos e marginalizados continua a ser um grande desafio, especialmente em processos intergovernamentais globais.

/ O inglês ainda é a língua dominante, o que dificulta a participação de organizações que não dominam o idioma. Os custos de tradução costumam ser muito significativos e, muitas vezes, não há tempo para realizar a tradução de documentos da negociação.

/ A diversidade de vozes e configurações da sociedade civil favorece o surgimento de diversas plataformas de colaboração. É necessário que sejam promovidas sinergias e também que os grupos encontrem vantagens comparativas. A diversidade, no entanto, deve ser reconhecida e valorizada pois há dimensões e espaços de influência diversos bem como diferentes perfis e prioridades.

/ A mobilização de recursos suficientes para a participação de um grande número de organizações a vários níveis continua a ser um desafio e influência especialmente na capacidade de participação de organizações com base em países em desenvolvimento.

/ Estratégias de advocacy precisam de ser desenhadas e adaptadas para os contextos nacionais e regionais. A fase de im-

plementação exigirá ainda mais flexibilidade no desenho de estratégias e na troca de experiências.

De entre os principais desafios ao legado da Campanha, está uma potencial fragmentação na implementação nacional da Agenda 2030 e o risco de se perder uma estrutura estabelecida para a colaboração e coordenação. Cabe à sociedade civil interessada em promover a implementação da Agenda 2030 continuar mobilizada e coordenada. O trabalho está apenas a começar.

JUNTOS 2030 – UMA NOVA INICIATIVA PELA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS

A entrada em vigor da Agenda 2030 e dos ODS gera uma grande oportunidade de transformação em todos os países. É também uma enorme responsabilidade não apenas para governos mas também para organizações da sociedade civil, afinal esta é uma Agenda “das pessoas, pelas pessoas e para as pessoas” e a realização das suas promessas necessita de uma abordagem de longo prazo, inovadora e multisectorial.

Tendo em conta a necessidade de se estabelecer uma plataforma para a articulação e coordenação de acções da sociedade civil voltadas para a implementação e monitorização da Agenda 2030, um grupo de organizações lançou a campanha **Juntos 2030** (ou Together 2030, em inglês), uma iniciativa global focada no envolvimento de actores não-governamentais de diversos sectores na promoção de acções relativas à Agenda 2030.

Em apenas um mês, a iniciativa Juntos 2030 mobilizou mais de 240 organizações em diversos países do mundo, cerca de 70% delas baseadas em países em desenvolvimento. A iniciativa está aberta a organizações sem fins lucrativos, não-governamentais e da sociedade civil de todo o mundo. Para participar, basta regista-se utilizando o seguinte **formulário**.

A trajectória dos próximos 15 anos começa agora e exige que toda a nossa energia e criatividade seja aplicada na realização dos ODS. Todos os países têm responsabilidades, todos os actores podem contribuir.



GCAP PARTICIPOU NA MANIFESTAÇÃO PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA NA COP21 EM PARIS.
INGO RITZ, 2015

A SOCIEDADE CIVIL FINLANDESA E A AGENDA 2030

NORA FORSBACKA
DIRECTORA DE COMUNICAÇÃO NA KEHYS
(PLATAFORMA DAS ONGD FINLANDESA PARA A UE)

A Sociedade Civil Finlandesa tem contribuído activamente para o processo pós-2015 que resultou numa das mais ambiciosas estruturas internacionais do nosso tempo: a Agenda 2030. O alicerce deste trabalho tem sido o Grupo de Trabalho Finlandês Pós-2015, coordenado conjuntamente pela Kehys ry - Plataforma de ONGD Finlandesas para a UE - e pela Plataforma de ONG Finlandesa Kepa. Este Grupo de Trabalho proporcionou uma oportunidade para coordenar mensagens de advocacia e partilhar informações actualizadas sobre diversos processos internacionais. As actividades foram desenvolvidas em estreita ligação ao Grupo de Trabalho Europeu Beyond 2015, bem como outros grupos a um nível internacional. Um dos principais resultados alcançados por este Grupo foi a elaboração de um **documento de posição sobre os indicadores**.

A Finlândia tem uma vantagem inicial na implementação da Agenda 2030, uma vez que já tem uma série de ferramentas desenvolvidas. De entre as quais constam a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável, encarregue de adaptar a Agenda 2030 para as políticas nacionais e da sua monitorização na Finlândia, e o Comité de Políticas de Desenvolvimento, responsável pelo alinhamento da política de desenvolvimento da Finlândia com a Agenda 2030 e a monitorização do impacto das políticas finlandesas nos países em desenvolvimento.

Estes dois organismos já organizaram actividades conjuntas, no Outono de 2015, a fim de mapear o caminho futuro. No Outono de 2015, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável foi transferida do Ministério do Ambiente para o Gabinete do Primeiro-Ministro, com o Primeiro-Ministro

como novo presidente da Comissão. A Finlândia foi um dos primeiros países a voluntariar-se para reportar o seu progresso no Fórum Político de Alto Nível, em Julho de 2016.

Além disso, a Finlândia lançou o Compromisso da Sociedade para a Sustentabilidade, uma iniciativa inovadora no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável que incentiva as empresas, as organizações da sociedade civil e os actores governamentais a assumirem compromissos voluntários, concretos e mensuráveis para o desenvolvimento sustentável. Esses compromissos públicos são recolhidos pelo secretariado da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável num website, onde podem ser partilhados e comparados.

Como forma de analisar o significado da Agenda 2030 para a Finlândia e para os países parceiros seleccionados, a Kehys produziu, com o apoio financeiro do Beyond 2015, o relatório **“No caminho do Desenvolvimento Sustentável”**. O relatório, embora reconheça a natureza interligada da Agenda 2030, concentra-se em cinco objectivos: Erradicar a Fome, Educação de Qualidade, Energias renováveis e acessíveis, Produção e Consumo Sustentáveis, e Paz, Justiça e Instituições fortes. Foram convidadas organizações da sociedade civil finlandesas e activistas, bem como especialistas internacionais, para contribuir para o relatório.

A Kehys também compilou um roteiro para o desenvolvimento sustentável, que foi entregue ao Secretário de Estado no evento final do Ano Europeu para o Desenvolvimento. O roteiro foi baseado em recomendações, que surgiram em vários eventos da sociedade civil e do Beyond 2015, bem como nos resultados de um inquérito online lançado à sociedade civil sobre a implementação da Agenda 2030. Como resultado, o roteiro incluiu recomendações concretas sobre como avançar com a implementação, incluindo sugestões sobre que ministério deverá ter a responsabilidade por cada uma das 17 objectivos.

ADAPTAÇÃO PARA PORTUGUÊS POR LUCIANA ALMEIDA.



‘EVA – ESCOLA DE VERIFICAÇÃO AMBIENTAL’: UMA APRENDIZAGEM PARA A VIDA

ISABEL LEVY RIBEIRO
EX-COORDENADORA DO PROGRAMA REDE EVA
DA ONG “AD”

O programa “REDE EVA” de Educação Ambiental (EA) foi promovido pela ONG guineense Acção para o Desenvolvimento (AD) em 2008, junto de escolas públicas e comunitárias da Guiné-Bissau. Conhecidas por Escolas de Verificação Ambiental (EVA), a 1ª EVA data de 1995. Em 2014, a AD considerou e deu por finda a missão deste programa. Tem como lema: “EVA, uma Escola para servir a comunidade”.

O apoio que o programa “REDE EVA” prestou a estas escolas, centrou-se nas acções inéditas amigas do ambiente que facilitam o dia-a-dia das mulheres, e que promovem actividades de cariz económico, social (ex: alfabetização de mulheres) e cultural.

O programa contribuiu para aumentar os conhecimentos dos professores através de um leque diversificado de formações (ex: “Metodologias de ensino” em sala de aula, no terreno, da língua portuguesa, trabalhos de grupo, etc.); da criação de instrumentos e suportes pedagógicos (ex: caderno de campo, ficha pedagógica, ficha de microprojectos, relatório de actividades).

As crianças aprendem com os professores a fazer a leitura do ambiente (ex: erosão marinha em Varela, degradação do mangal), a contrariar as acções prejudiciais ao ambiente com:

/ actividades de repovoamento,

/ criação de viveiros nas escolas,

/ a adquirir disciplina e organização através da responsabilização no desempenho de todas estas acções e também na participação nos acampamentos e outros intercâmbios, a interiorizar conceitos de cidadania, a expor as suas ideias, a discuti-las e a participar em eventos públicos (conferências da escola e nacionais).

As comunidades sensibilizadas pelas crianças, através das conferências ambientais e intercâmbios entre escolas, e da divulgação de inovações tecnológicas e de novos conhecimentos e experiências nas suas casas (viveiros, hortas), e em toda a tabanca (repovoamento), começaram a adoptar novas práticas (fogões melhorados, extracção do sal solar).

As principais atribuições do programa “REDE EVA” eram facilitar a transmissão destes conhecimentos, promover a comunicação da EVA com a tabanca e entre elas, apoiar a introdução das inovações e a elaboração e execução de microprojectos e fazer chegar à escola diferentes tipos de apoio, incluindo o financeiro.



CASOS DE SUCESSO DAS EVA

OS CADERNOS DE CAMPO

INICIATIVA: Instrumento pedagógico concebido pela REDE EVA, os Cadernos de Campo têm uma tripla função: informa o professor sobre os conhecimentos que os alunos possuem sobre o tema, leva o professor a preparar os textos e adquirir novos conhecimentos, actualiza os conhecimentos dos alunos que podem ainda exercitar-se através de passatempos didácticos.

ESCOLA: 11 escolas em 2014

IMPACTO: Participação e envolvimento de um maior número de professores em inovações de carácter metodológico e pedagógico

INTRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE LEITURA DO AMBIENTE

INICIATIVA: “Olhar das crianças” (projecto)

ESCOLA: Prática de diagnóstico adoptada pela maioria das EVA.

IMPACTO: Implementação de projectos e/ou acções amigas do ambiente tornados exemplos e referencia na sub-região (extração do sal solar, fogões melhorados, repovoamento do tarrafe, hortas escolares como suporte pedagógico nas escolas, monitoramento de tartarugas, etc.).

REPOVOAMENTO DE TARRAFE¹ E DE CIBE²

INICIATIVA: Visita de estudo ao Senegal para aprender as técnicas de repovoamento do Tarrafe

ESCOLA: Comunidades educativas de 9 EVA/ Sector de S. Domingos

IMPACTO: Acções anuais de repovoamento com recuperação de áreas degradadas de Rizófora.

¹ MANGAL

² BORASSUS, UM TIPO DE PALMEIRA



CRIAÇÃO DE UM MUSEU DO MAR

INICIATIVA: Recolha de despojos de golfinhos, carapaças de tartarugas, cachalotes

ESCOLA: EVA de Iale

IMPACTO: Conferiu importância e protagonismo à escola; motivação para desenvolverem outras actividades ambientais. Inspiraram outras EVA a criar os museu da fauna e das plantas medicinais.

IMPORTA MOBILIZAR TODA A SOCIEDADE RUMO AOS ODS

CÉSAR NETO

RESPONSÁVEL DE COMUNICAÇÃO NA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

A Plataforma Portuguesa das ONGD acompanhou o processo de construção da nova Agenda de Desenvolvimento e está agora empenhada em promover uma reflexão alargada sobre a sua implementação.

Neste sentido, foi uma das promotoras do Seminário “Objectivos de Desenvolvimento Sustentável: Consulta Pública junto da Sociedade Civil e Aliança para os ODS” que teve lugar a 20 de Janeiro, em Lisboa, e que contou com um auditório praticamente lotado (mais de 300 pessoas de diversas organizações, desde empresas, organizações da sociedade civil, instituições públicas, ...).

A apresentação dos **17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável**, serviu de ponto de partida para um debate participado sobre a nova Agenda e para o lançamento da “Aliança para os ODS” e da “Consulta Pública junto da Sociedade Civil sobre a Implementação dos ODS”.

ALIANÇA ODS

A “**Aliança para os ODS**”, iniciativa proposta pela United Nations Global Compact (UNGC) e a Global Compact Network Portugal (GCNP), visa informar, consciencializar e intervir na concretização, monitorização e avaliação da contribuição do Sector Empresarial para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, principalmente em Portugal, podendo também envolver outros países, nomeadamente os

A PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD ESTÁ EMPENHADA EM PROMOVER UMA REFLEXÃO ALARGADA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA AGENDA DO UOTROS DESENVOLVIMENTO. AGENDA DO PALAVRA DESENVOLVIMENTO.

países abrangidos pela Cooperação Portuguesa e Europeia. A Plataforma Portuguesa das ONGD formalizou nesse dia a sua adesão à Aliança.

CONSULTA PÚBLICA

Concluído o processo de aprovação da Agenda 2030, importa agora mobilizar a sociedade civil para a definição de uma estratégia nacional integrada e participativa que promova o envolvimento das cidadãs e cidadãos e suas organizações na operacionalização à escala local e nacional desta agenda global.

A “**Consulta Pública Nacional junto da Sociedade Civil sobre a Implementação da Agenda 2030**” visa recolher contributos mas também construir um compromisso alargado com todas as partes interessadas. Esse compromisso deverá prever um processo conjunto de acompanhamento, monitorização e avaliação da implementação da Agenda 2030 a nível nacional (designadamente através da elaboração periódica de relatórios sombra sectoriais).

A Consulta é organizada pela Animar, o Conselho Nacional da Juventude (CNJ), a Minha Terra, a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM), a Plataforma Portuguesa das ONGD e o Camões, I.P., com o apoio do UNRIC. Em breve divulgaremos o roteiro desta consulta.

O Seminário foi uma iniciativa conjunta das seguintes organizações: The Global Compact - Network Portugal, Aliança Objectivos de Desenvolvimento Sustentável Portugal, Plataforma Portuguesa das ONGD, UNRIC, CPR, FAO, OIM, OIT, Comissão Nacional da UNESCO, UNICEF, UNICRI, UNU-EGOV, ANIMAR, Camões, I.P., CNJ, Minha Terra e PpDM.

SONHOS PARA TRANSFORMAR O MUNDO

EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA GLOBAL E A AGENDA 2030

ADRA, AIDGLOBAL, FCL, FGS, IMVF, E&O, PAR, ROSTO SOLIDÁRIO, SOLSEF ¹

“As crianças e as jovens mulheres e homens são agentes críticos de mudança e irão encontrar nos novos Objectivos, uma plataforma para canalizar as suas infinitas capacidades para o activismo, em prol da criação de um mundo melhor.” [“Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” A/RES/70/1]

Justiça, Participação Democrática, Questionamento, Diversidade, Empatia, Solidariedade a nível local e global¹, são todos valores defendidos e promovidos pela Educação para a Cidadania Global (ECG).

Ao analisarmos a nova Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no seu todo, percebemos que, começando pelos chamados cinco “P’s” - Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias - e terminando na análise de cada um dos 17 objectivos e 169 metas, estes valores são centrais para o objectivo partilhado entre a ECG e a Agenda 2030: Transformar o mundo!

Acreditamos que a ECG procura alcançar transformações, tanto ao nível individual como sistémico, mostrando alternativas e partilhando conhecimento. Possibilita um maior autoconhecimento, garante o respeito pelos/as outros/as e pela diversidade, e leva a um sentido de pertença e de responsabilidade social, perante valores e princípios partilhados. É um processo educativo activo e experiencial, que valoriza o questionamento, o diálogo, a reflexão e a participação e que procura trabalhar competências ao nível da acção para a mudança.

Em última análise, são estas mudanças de comportamento e de perspectivas que levam a uma maior solidariedade e vontade de ultrapassar desigualdades, contribuindo para uma sociedade que promove princípios de justiça.

É por isso, tal como reivindicaram as quase 10 milhões de pessoas que responderam ao questionário “My World” - dizendo que o acesso a uma educação de qualidade tem de ser uma prioridade no nosso futuro – que o papel da Educação para a Cidadania Global não está limitado ao cumprimento da meta 4.7².

Na verdade, a ECG desempenha também um papel decisivo no questionamento da própria Agenda e dos modelos de desenvolvimento nela plasmados. Será possível ambicionar o crescimento económico (ODS 8) quando sabemos que o Planeta está à beira do limite devido à escassez de recursos naturais (ODS 13)?

A ECG é ainda fundamental para promover o envolvimento de todas as pessoas num esforço comum de diálogo e cooperação para criar um mundo diferente. Esse esforço passa não só por alterar comportamentos individuais, mas também por coordenar acções colectivas, enquanto cidadãos e cidadãs, que olhem criticamente para a Agenda e a sua implementação. É igualmente importante não esquecer o nosso papel em pressionar os actores políticos para cumprirem os seus compromissos e garantirem a coerência das suas políticas.

Reconhecendo que os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável são um sinal forte para a definição de compromissos locais e globais em prol do Desenvolvimento Sustentável, defendemos, deste modo, que só serão concretizáveis se a ECG for encarada como pilar essencial.

O espaço para a transformação está criado. Pesa agora a responsabilidade de garantir a justiça global. Não se trata de utopia, mas sim do sonho de todos/as sermos protagonistas de um processo de transformação que queremos que seja esclarecido, participado e justo.

¹ MEMBROS DO GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO.

² FRICKE H.-J., GATHERCOLE C. AND SKINNER A. (2015), MONITORING EDUCATION FOR GLOBAL CITIZENSHIP: A CONTRIBUTION TO DEBATE. BRUXELAS: DEEP. DISPONÍVEL [AQUI](#).

³ A META 4.7 REFERE EXPLICITAMENTE A IMPORTÂNCIA DA ECG PARA ASSEGURAR QUE TODOS INDIVÍDUOS ADQUIREM AS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

PUBLICAÇÕES



PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD:

30 ANOS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO

por PLATAFORMA PORTUGUESA DA ONGD
em 2015

A Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) celebrou 30 anos em 2015. Foram 30 anos de empenho na afirmação da solidariedade entre os povos e na defesa dos Direitos Humanos, contribuindo para um mundo mais justo e equitativo.

Este livro pretende estimular a reflexão sobre a evolução do sector do Desenvolvimento em Portugal ao longo das últimas três décadas, apresentando os principais marcos nacionais e internacionais do sector. Reúne ainda um conjunto de depoimentos de pessoas que fizeram/fazem a história da Plataforma Portuguesa das ONGD ao longo desses 30 anos.



STATE OF CIVIL SOCIETY 2015

por CIVICUS
em 2015
língua INGLESA

Em 2015 a Sociedade Civil esteve na linha da frente da resposta a várias situações de emergência humanitária, desde o ébola aos ataques bombistas na faixa de Gaza. Contudo, de acordo com este relatório, as Organizações da Sociedade Civil enfrentam vários desafios e uma crise de financiamento em todo o mundo.

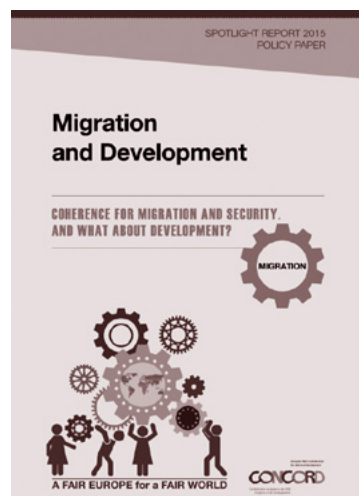
O relatório insta os governos a honrarem os compromissos assumidos e protegerem os direitos fundamentais das cidadãs e dos cidadãos.



OECD DEVELOPMENT CO-OPERATION PEER REVIEWS: PORTUGAL 2016

por OCDE
em 2015
língua INGLESA

O CAD/OCDE é responsável pela realização de avaliações periódicas dos esforços de Cooperação dos seus membros. De acordo com a última avaliação, Portugal tem-se esforçado por manter o seu programa de ajuda externa desde a crise económica, mas o seu orçamento tem sido fortemente afectado e é necessário um plano para evitar um novo declínio e regressar às metas internacionalmente acordadas. Em suma, Portugal necessita de aumentar a sua ajuda ao desenvolvimento e melhorar a supervisão.



MIGRATION AND DEVELOPMENT

COHERENCE FOR MIGRATION AND SECURITY. AND WHAT ABOUT DEVELOPMENT?

por CONCORD
em 2015
língua INGLESA

Com este relatório a CONCORD conclui que a política de migrações da União Europeia está longe de cumprir com as obrigações legais relacionadas com a Coerência das Políticas de Desenvolvimento, é centrada na segurança e em interesses económicos, em detrimento dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento Sustentável.



ONE HUMANITY: SHARED RESPONSIBILITY:

REPORT OF THE SECRETARY-GENERAL FOR THE WORLD HUMANITARIAN SUMMIT

por ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
em 2016
língua INGLESA

Este relatório do Secretário-Geral da ONU “deverá servir de base à discussão na Cimeira Humanitária Mundial, que decorrerá a 23 e 24 de maio, em Istambul (Turquia). Enfatiza a necessidade de colocar a humanidade no centro da tomada de decisão política global e apresenta cinco responsabilidades centrais que a comunidade internacional deve assumir.



GLOBAL WHAT?

ESTUDO SOBRE FACTOS E NECESSIDADES DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL NA ALEMANHA, PORTUGAL E ROMÉNIA

por VÁRIAS ORGANIZAÇÕES
em 2016

No âmbito do projecto “Despertar para a Educação Global” a AID-GLOBAL e o IMVF divulgam um estudo que procura responder às seguintes questões: O que entendemos por Educação para a Cidadania Global? Porque é importante a sua promoção? Quais os resultados do inquérito online lançado a Organizações da Sociedade Civil na Alemanha, Portugal e Roménia?

AGENDA

D	S	T	Q	Q	S	S	MARÇO		
		1	2	3	4	5	9-10. WORKSHOP DE “AVALIAÇÃO DE IMPACTO” organizado por Programa MAIS SANTARÉM	17. SEMINÁRIO: THE IMPACT OF AGRICULTURAL INNOVATION IN SUB-SAHARAN AFRICA organizado por CEsA LISBOA	26. CONCERTO DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS: THERE MUST BE A PLACE organizado por APDES PORTO
6	7	8	9	10	11	12			
13	14	15	16	17	18	19	14. SEMINÁRIO: OPORTUNIDADES DE CARREIRA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS organizado por CEI-IUL/ISCTE LISBOA		
20	21	22	23	24	25	26	15. CICLO DE CINEMA DIREITOS E DESENVOLVIMENTO/CINE-ONU organizado por Plataforma e UNRIC LISBOA	21. EVENTOS/ACÇÃO “O ABORTO NA IRLANDA – O MEU CORPO, OS MEUS DIREITOS” organizado por Amnistia Internacional e Infraestruturas de Portugal LISBOA (ESTAÇÃO DE ENTRECAMPOS)	
27	28	29	30	31					
D	S	T	Q	Q	S	S	ABRIL		
					1	2	13. LANÇAMENTO DO LIVRO “A SAÚDE EM ÁFRICA: LIÇÕES DE SUCESSO” – 3.ª EDIÇÃO” organizado por Tinta da China LISBOA	14-16. SPRING MODULES 2016: TRANSFORMAÇÕES AGRÁRIAS EM ÁFRICA organizado por CEsA LISBOA	26. EVENTOS/ACÇÃO “ARTE PELA LIBERDADE” organizado por Amnistia Internacional e Infraestruturas de Portugal LISBOA (ESTAÇÃO DE SETE RIOS)
3	4	5	6	7	8	9			
10	11	12	13	14	15	16	14-16. PORTUGAL ECONOMIA SOCIAL – ENCONTRO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO NA ECONOMIA SOCIAL organizado por Fundação AIP LISBOA	17. BGREEN // ECOLOGICAL FILM FESTIVAL organizado por OFICINA ESCOLA PROFISSIONAL DO INSTITUTO NUN’ALVRES	
17	18	19	20	21	22	23			
24	25	26	27	28	29	30			
D	S	T	Q	Q	S	S	MAIO		JUNHO
1	2	3	4	5	6	7	5-6. SPRING MODULES 2016: THE COMPARATIVE STUDY OF REGIONALISMS organizado por CEsA LISBOA	18. ANIVERSÁRIO AMNISTIA INTERNACIONAL organizado por Amnistia Internacional e Infraestruturas de Portugal LISBOA (ESTAÇÃO DO CAIS DO SODRÉ)	20. EVENTOS/ACÇÃO: DIA MUNDIAL DO REFUGIADO organizado por Amnistia Internacional e Infraestruturas de Portugal LISBOA (ESTAÇÃO DE SANTA APOLÓNIA)
8	9	10	11	12	13	14			
15	16	17	18	19	20	21	11-13. XIII INTERNATIONAL COLLOQUIUM_POST-2008 GLOBAL DYNAMICS & STRUCTURAL CHANGES: ECONOMIC, POLITICAL AND ECO-SOCIETAL TRANSITIONS organizado por ISEG LISBOA	23. CONFERÊNCIA “EUROPE AS A GLOBAL ACTOR” organizado por CEI-IUL/ISCTE LISBOA	22-24. SUMMER SCHOOL: HOW SOCIAL CHANGES HAPPENS? organizado por CEsA LISBOA
22	23	24	25	26	27	28			
29	30	31							

ABRAÇO ASSOCIAÇÃO DE APOIO
A PESSOAS COM VIH/SIDA

ACEP ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO
ENTRE OS POVOS

ACGB ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO
COM A GUINÉ-BISSAU

ADDHU ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS

ADPM ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO
PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

ADRA ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA
O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E
ASSISTÊNCIA

AIDGLOBAL ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA
O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

AJAP ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS
AGRICULTORES DE PORTUGAL

AMU COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE
LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO

APCD ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE
CULTURA E DESENVOLVIMENTO

APDES AGÊNCIA PIAGET PARA O
DESENVOLVIMENTO

APF ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO
DA FAMÍLIA

APOIAR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE APOIO A ÁFRICA

ASSOCIAÇÃO HELPO

ASSOCIAÇÃO PAR RESPOSTAS SOCIAIS

ATA ASSOCIAÇÃO TROPICAL AGRÁRIA

ATLAS ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO

BATOTO YETU PORTUGAL ASSOCIAÇÃO
CULTURAL E JUVENIL

CÁRITAS PORTUGUESA

CEAUP/ONGD CENTRO DE ESTUDOS
AFRICANOS DAS UNIVERSIDADE DO PORTO

CHAPITÔ

CIDAC CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL

CONCEITOS DO MUNDO ASSOCIAÇÃO
PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMA-
NOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CPR CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS
REFUGIADOS

EQUIPA D'ÁFRICA

EAPN PORTUGAL REDE EUROPEIA
ANTI-POBREZA

E&O ENGENHO E OBRA – ASSOCIAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO

EPAR DESENVOLVIMENTO, ENSINO

FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL

FCL FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA

FEC FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

FGS FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

FUNDAÇÃO BOMFIM

FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT

**FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O
DESENVOLVIMENTO**

G.A.S. PORTO GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL
DO PORTO

GRAAL ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER
SOCIAL E CULTURAL

GTO LX GRUPO DE TEATRO DO OPRIMIDO

ICE INSTITUTO DAS COMUNIDADES EDU-
CATIVAS

IED INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O
DESENVOLVIMENTO

IMVF INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR

ISU INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E
COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA

LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO

LIGAR À VIDA ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO
HUMANITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO

MDM – P MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL
MENINOS DO MUNDO

MG MEMÓRIAS E GENTES – ASSOCIAÇÃO
HUMANITÁRIA

MONTE DESENVOLVIMENTO ALENTEJO
CENTRAL – ACE

MSH MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE

MUNDO A SORRIR ASSOCIAÇÃO DE
MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS
PORTUGUESES

OIKOS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA

ORBIS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

PRO DIGNITATE FUNDAÇÃO DE DIREITOS
HUMANOS

RAIA HISTÓRICA ASSOCIAÇÃO DE DESEN-
VOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA

ROSTO SOLIDÁRIO ASSOCIAÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

SAÚDE EM PORTUGUÊS

SAPANA

SOLSEF SOL SEM FRONTEIRAS

SOPRO SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO

TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

TESE ASSOCIAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO

UMP UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS
PORTUGUESAS

UNICEF COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF

URB-ÁFRICA ASSOCIAÇÃO PARA A COOPE-
RAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO

VIDA VOLUNTARIADO INTERNACIONAL
PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO

VITAE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE
E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

VSF VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS
PORTUGAL

WACT WE ARE CHANGING TOGETHER